



Congresso derruba veto à lei do ISS e beneficia prefeituras

Dispositivo vetado por Temer e restaurado ontem por parlamentares prevê que imposto de plano de saúde e cartão de crédito seja arrecadado pelo município do cliente

Os senadores e deputados decidiram derrubar o veto que o presidente Michel Temer havia feito à lei que reforma o Imposto sobre Serviços (ISS), cobrado pelas prefeituras. O trecho vetado previa que o ISS seria cobrado pelo município do cliente de plano de saúde, cartão de crédito e leasing, deixando de ser recolhido

pelo município da empresa prestadora do serviço. A derrubada do veto era pedida pelos prefeitos, já que a grande maioria dos municípios não sedia empresas de plano de saúde, cartão de crédito e leasing. Ainda na sessão de ontem, os parlamentares decidiram manter 17 vetos aplicados por Temer a projetos aprovados pelo Congresso. **5**



O senador Eunício Oliveira preside a sessão do Congresso em que senadores e deputados analisaram vetos presidenciais

Marcos Oliveira/Agência Senado

PEC sobre tribunais de Contas passa em primeiro turno **3**

Empréstimo externo para Manaus tem regra flexibilizada **6**

Eleitos novos integrantes do Conselho de Ética **3**

Plenário votará projeto que cria Dia do Escotismo **7**

Senado comemora sucesso do Portal da Transparência **2**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Plenário aprovou projeto que busca evitar omissão ou manipulação de informações por governante que deixa cargo

Aprovada regra de transição para troca de governos

Proposta aprovada ontem pelo Senado cria um comitê de transição de governos. A ideia é que o chefe do Executivo que deixa o governo apresente ao eleito dados importantes da gestão anterior,

como informações sobre dívidas, demonstrativos de saldos e inventários de bens. A regra vale para chefes do Executivo federal, estaduais e municipais. O texto segue para a Câmara. **3**

Reforma trabalhista deve ser votada terça em comissão

A proposta de reforma trabalhista deve ser votada na próxima semana na Comissão de Assuntos Econômicos, graças a um acordo feito ontem. Ricardo Ferraço leu e comentou partes do seu relatório, abrindo o debate. Ele defendeu que o projeto seja aprovado como chegou da Câmara e que trechos sejam vetados pelo presidente Temer ou regulamentados por MP. **4**



Paim, Ferraço, Jucá e Tasso fecham acordo que permitiu discussão da proposta

Gerardo Magela/Agência Senado

Ministro quer legislação mais moderna para o turismo

Em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o ministro do Turismo, Marx Beltrão, defendeu a modernização das leis do setor, para reduzir a burocracia e atrair investimentos. Ele também apoiou a aprovação de projeto que fixa limite para a alíquota de ICMS do querosene de aviação. **8**



Marx Beltrão apresentou planos da pasta aos senadores

Jefferson Rusely/Agência Senado

Comissão questiona venda de campo de gás natural no AM

Requerimento de informações ao Ministério de Minas e Energia sobre a venda do Campo de Azulão, na Bacia Amazônica, foi aprovado pela Comissão de Infraestrutura. Intenção é esclarecer a necessidade da concessão da área, que tem uma reserva estimada de 4,7 bilhões de metros cúbicos de gás natural. **7**

Colegiado pode ouvir deputado Rocha Loures

O senador Roberto Requião apresentou um requerimento para que a Comissão de Assuntos Econômicos interrogue o deputado afastado Rodrigo Rocha Loures sobre a acusação de que ele atuaria a favor do grupo JBS em processo no Cade. A comissão ainda não tem data para discutir e votar o requerimento. **6**

MPs que trancam pauta devem ser analisadas hoje **3**

Programa de visitas ao Congresso é retomado **2**

Reprodução



Site foi planejado para oferecer as informações em no máximo três cliques, facilitando a busca dos usuários

Transparência ultrapassa 7 milhões de acessos

O portal criado pelo Senado atende a Lei de Acesso à Informação e divulga dados sobre a Casa, como licitações e contratos, remuneração dos servidores e subsídios e aposentadorias dos senadores

DE MAIO DE 2013 a abril de 2017, foram registrados 7,3 milhões de acessos ao Portal da Transparência do Senado. O portal possui informações sobre os recursos usados pelos senadores no exercício do mandato, licitações e contratos da Casa, remuneração dos servidores, receitas e despesas, entre outros dados, que podem ser usados para a elaboração de documentos, planilhas ou tabelas.

O portal atende a Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei 12.527/2011), que criou mecanismos para permitir o acesso a informações de entidades e órgãos públicos por qualquer pessoa ou instituição.

Acesso fácil

Segundo a diretora da Secretaria da Transparência, Elga Lopes, a intenção é possibilitar o acesso às informações da Casa em até três cliques, com navegação fácil, eficiente e funcional.

— Fomentamos a transparência ativa [divulgação de dados por iniciativa do próprio setor público, independentemente de requerimento]. Está no portal, por exemplo, toda a legislação relacionada à transparência e a que regula gastos e prerrogativas de parlamentares.

Como resultado do aprimoramento da transparência ativa, diz a diretora, já em 2015 relatório do Senado apontava que um terço das informações a serem divulgadas de acordo com a lei estavam disponíveis no Portal da Transparência. A divulgação proativa de dados de interesse público facilita o acesso dos cidadãos e reduz o custo com a prestação de informações, além de evitar o acúmulo de pedidos sobre temas semelhantes, afirma Elga. Em 2015, o Portal do Senado

deixou de exigir a identificação do usuário para o acesso à remuneração de servidores e aos subsídios e aposentadorias de parlamentares.

Transparência

A mudança, segundo a diretora, era uma das principais reivindicações do Conselho de Transparência e Controle Social, órgão consultivo vinculado à Presidência do Senado. O conselho é responsável por debater e propor ações que disseminem o acesso à informação pública e o conhecimento da lei para estimular a cultura de transparência e o controle social no país.

O colegiado também norteia a formulação da Política de Transparência e Controle Social sobre os atos do Senado. É presidido pela diretora da Secretaria da Transparência e integrado pelos diretores das Secretarias de Gestão de Informação e Documentação e de Comunicação Social, além de três representantes da sociedade civil.

Representando a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Jesus Chediak ressalta o papel do conselho.

— Nenhum outro meio de controle social é tão importante quanto a transparência para a sociedade acompanhar e fiscalizar as ações de seus representantes no exercício do poder. Dessa forma, o Conselho de Transparência e Controle Social do Senado pode contribuir, decisivamente, para formar uma consciência nacional de consolidação da jovem democracia brasileira.

Aperfeiçoamento

Representante do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Caio Magri avalia que o conselho

tem atuado para aperfeiçoar a aplicação da LAI no Senado.

— Ao inovar com a criação do Índice de Transparência do Poder Legislativo, o conselho contribui de forma decisiva para a implementação da LAI nas câmaras municipais e assembleias legislativas. Poderes legislativos mais transparentes significam maior participação, controle social e democracia.

Avaliação

O Índice de Transparência do Poder Legislativo, a que Caio Magri se refere, foi desenvolvido em 2015 pela Secretaria da Transparência para avaliar a disponibilidade de informações públicas do Legislativo com base na LAI, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Constituição. Único no país, o índice vem sendo apresentado em seminários de organismos públicos e privados.

Segundo Elga Lopes, os planos para 2017 incluem a aplicação do índice na Casa para compará-la a outros Senados da América Latina. A proposta será ainda submetida ao Conselho de Transparência em reunião na primeira semana de junho. A ideia é fazer uma autoavaliação e ver o quanto já se avançou na transparência das informações.

DataSenado

Uma enquete sobre os cinco anos de vigência da LAI está na página do DataSenado, órgão da Secretaria de Transparência que ouviu, de 2013 a 2017, mais de 1,2 milhão de pessoas em 29 pesquisas de opinião nacionais e 17 pesquisas internas, além de ter realizado 68 enquetes sobre temas em debate na Casa.

Accesse o Portal da Transparência: www.senado.leg.br/transparencia

Vanessa questiona acordo em relatório da reforma trabalhista

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) questionou o presidente do Senado, Eunício Oliveira, sobre o trecho do relatório da reforma trabalhista, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que diz que o Executivo e o Legislativo fizeram um acordo para aprovar o projeto como está.

Eunício disse que a Mesa do Senado não fez nenhum acordo. A senadora também criticou o relator por não aceitar mudanças na proposta e disse que o Senado não pode abrir mão de sua função principal de legislar.

Lindbergh critica "brutalidade" das mudanças na CLT

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou a reforma trabalhista. Ele destacou o item que cria o trabalhador autônomo exclusivo, que permite contratação por meio de pessoa jurídica, sem direitos trabalhistas. Outra crítica foi ao trabalho intermitente, em que o trabalhador pode ter serviço por apenas algumas horas.

— O trabalhador pode ganhar menos que um salário mínimo. Isso é de uma brutalidade gigantesca.



Valdemir Boreto/Agência Senado

Visitas ao Congresso são retomadas e podem ser feitas de quinta a segunda

O programa de visitação ao Congresso Nacional foi retomado e funcionará de quinta a segunda-feira. Às terças e quartas, as visitas continuam suspensas, inclusive para grupos agendados.

Qualquer pessoa pode par-

ticipar da programação, que é gratuita e se inicia às 8h30 e termina às 17h30, com início a cada meia hora.

Outras informações podem ser obtidas pelo site www.congressonacional.leg.br/ visite.

Como e quando visitar

Domingo	Aberto. Sem agendamento
Segunda-feira	Aberto. Agendamento necessário apenas para grupos com mais de 15 pessoas ou para visitas em inglês, espanhol, francês e Libras
Terça-feira	Visita suspensa
Quarta-feira	Visita suspensa
Quinta-feira	Visita somente com agendamento
Sexta-feira	Aberto. Agendamento necessário apenas para grupos com mais de 15 pessoas ou para visitas em inglês, espanhol, francês e Libras
Sábado	Aberto. Sem agendamento

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT Ligações de celular para SAC

8h30 Na pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia, o PLS 445/2016, que obriga serviços de atendimento ao consumidor a aceitar ligação de celular, e mais 28 itens.

CDR Educação e desenvolvimento

8h30 A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo promove audiência interativa sobre a importância da educação para o desenvolvimento regional.

CAS Emprego para aposentado

9h A Comissão de Assuntos Sociais pode analisar o PLC 137/2015, que garante emprego de trabalhador que se aposenta, e mais 13 itens.

CTFC Instituição Fiscal Independente

9h A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle sabatina Rodrigo Octávio Orair, indicado para diretor da IFI. Logo depois, pode discutir pauta de 14 itens.

CCJ Homicídio de idosos

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem 43 itens na pauta, entre eles o PLS 373/2015, que classifica homicídio de idoso como crime hediondo.

CDH Brinquedo adaptado em shopping

11h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa pode votar o PLS 382/2011, que obriga shoppings a ter brinquedos adaptados, e mais 13 itens.

CRA Riscos agropecuários

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove audiência a respeito do PLS 4/2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Riscos Agropecuários.

CMO Eleição do vice-presidente

14h A Comissão Mista de Orçamento se reúne para tratar da eleição de vice-presidente e das relatorias setoriais.

PLENÁRIO Pauta trancada

14h A pauta do Plenário está trancada por seis medidas provisórias.

MP 772/2017 Multa por fraude

14h30 A comissão mista da MP, que aumenta multa para fraudes em produtos de origem animal, aprecia requerimentos.

MP 774/2017 Desoneração da folha

14h30 A comissão mista da MP, que acaba com desoneração da folha de pagamento, aprecia plano de trabalho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Senado aprova comitê de transição entre governos

Chefe do Executivo que sai deverá apresentar ao eleito dados como demonstrativos de saldos, informações de dívidas e inventário de bens. Norma vale para nível federal, estadual e municipal

O SENADO APROVOU ontem proposta que cria um comitê de transição de governo a cada troca de chefe do Poder Executivo, em nível federal, estadual e municipal. O texto segue para a Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei do Senado 55/2017 — Complementar tem como objetivo evitar a manipulação de dados e a omissão de informações por parte do governante que sai. De autoria de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a proposta determina que a iniciativa de criar o comitê, com integrantes das áreas de gestão administrativa, financeira, patrimonial e de pessoal,

cabará ao chefe do Executivo que estiver encerrando o mandato, no prazo de dez dias após a homologação do resultado das eleições. Esse comitê deverá ter pelo menos dois membros indicados pelo candidato eleito.

O projeto, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, lista uma série de documentos que o comitê deverá apresentar ao eleito, como lei orçamentária, demonstrativo de saldos disponíveis, balancetes mensais, informações sobre dívidas, relação de compromissos financeiros de longo prazo, inventário de bens patrimo-

niais e número de servidores efetivos e comissionados por unidade administrativa.

— Hoje não existe nenhuma regra que obrigue que um prefeito que esteja deixando o seu mandato faça a transição com quem venha a substituí-lo. Portanto, é uma norma muito simples, é algo que aprimora a legislação para que possamos fortalecer a democracia, valorizar os eleitos e evitar o que infelizmente acontece muitas vezes nos municípios brasileiros, até mesmo no âmbito dos governos estaduais, quando governantes que deixam seus mandatos se recusam a realizar a transição — disse Cássio.

Para José Serra (PSDB-SP), o projeto é uma iniciativa positiva para o país.

— Nós sabemos que existe uma lei federal regulamentando a transição e sabemos também que, em alguns estados e em alguns municípios, essa lei existe. Mas esse projeto impõe regras para todo o país, para os mais de 5 mil municípios brasileiros. E mais ainda: onde já houver uma lei operando, esse projeto aperfeiçoa — elogiou.



Eunício (entre Benedito de Lira e Gladson Cameli) na sessão que aprovou projeto

Avança PEC que evita extinção de tribunais de Contas

O Plenário aprovou ontem em primeiro turno a proposta de emenda à Constituição que estabelece os tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública. A PEC 2/2017 ainda precisa ser votada em segundo turno.

A proposição é de Eunício Oliveira (PMDB-CE) e tem o objetivo de proibir a extinção dos tribunais de Contas já existentes, como a tentativa ocorrida no Ceará.

— Lamentavelmente, no meu estado há uma PEC apresentada na assembleia legislativa, por uma questão meramente política, de extinção do tribunal de Contas para que nenhum município seja fiscalizado. Essa proposta

depois foi sustada pelo STF [Supremo Tribunal Federal] — informou o senador.

A PEC impede a extinção dos tribunais de Contas estaduais (TCEs) e dos municípios, além dos municipais. Estes dois últimos não se confundem: o Tribunal de Contas dos Municípios tem competência para fiscalizar contas de todos municípios do estado a fim de desafogar o trabalho dos TCEs. Já o Tribunal de Contas Municipal se detém só ao município em que foi criado. Hoje só duas cidades têm seus tribunais: Rio de Janeiro e São Paulo.

Como a Constituição de 1988 proibiu os municípios de criarem outros tribunais, mas não determinou a extinção desses, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) questionou a necessidade

da emenda constitucional.

— Se a gente acrescenta uma nova redação na Constituição que não influi em absolutamente nada, ou seja, qualquer iniciativa para extinguir ou não vai depender de uma reforma constitucional. Acho desnecessário esse novo texto.

Para Lindbergh Farias (PT-RJ), o assunto deve ser decidido nas assembleias legislativas. Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que a PEC vai contra a harmonia dos Poderes e gera pressão orçamentária.

Já para os senadores favoráveis à emenda, não haverá mais despesas com a aprovação da PEC, pois ela não cria novos tribunais. Vários parlamentares ainda destacaram a importância do papel fiscalizador desses órgãos.

Plenário elege Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

O Plenário do Senado aprovou ontem os nomes que comporão o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar nos próximos dois anos. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, informou que apenas o Bloco Democracia Progressista (PP e PSD) não fez suas indicações. Ele solicitou ao bloco que indique os dois representantes a quem tem direito para que sejam lidos posteriormente.

O Bloco da Maioria (PMDB) indicou Airton Sandoval (SP), João Alberto Souza (MA) e Romero Jucá (RR) como titulares e Jader Barbalho (PA), Eduardo Braga (AM) e Hélio José (DF) como suplentes. O PMDB teria direito a mais um nome, mas não houve indicação.

O Bloco Social Democrata (PSDB, DEM e PV) indicou

Davi Alcolumbre (DEM-AP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Eduardo Amorim (PSDB-SE) como titulares. Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e Paulo Bauer (PSDB-SC) serão os suplentes.

O Bloco da Resistência Democrática (PDT e PT) indicou José Pimentel (PT-CE) e Acir Gurgacz (PDT-RO) para titulares e Regina Sousa (PT-PI) e Fátima Bezerra (PT-RN) para suplentes. Já o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB e Rede) terá como representantes João Capiberibe (PSB-AP) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR e PTC) indicou Wellington Fagundes (PR-MT) e Pedro Chaves (PSC-MS) para titulares e Telmário Mota (PTB-RR) para suplente.

Senadores divergem sobre trâmite da reforma trabalhista

A leitura do relatório da reforma trabalhista, feita semana passada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), voltou a gerar polêmica ontem. Em Plenário, Tasso Jereissati (PSDB-CE), presidente da comissão, rebateu críticas de Gleisi Hoffmann (PT-PR), que havia apresentado, na quinta-feira, questão de ordem sobre o andamento do projeto (PLC 38/2017).

A reunião em que foi lido o relatório, na terça-feira da semana passada, terminou após desentendimento entre senadores. Na ocasião, Tasso deu como lido o relatório de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e concedeu vista coletiva. Segundo Gleisi, não houve pedido de vista antes do encerramento da reunião. Para ela, houve descumprimento do regimento interno porque o relatório não havia sido distribuído previamente. Ela pediu a suspensão da tramitação do texto e a anulação da reunião.

Tasso relatou ter encaminhado à Polícia Legislativa do

Senado vários questionamentos sobre os fatos ocorridos na data da leitura do relatório.

— Assim ficará esclarecido se houve quebra do regimento, se houve qualquer tipo de fraude, se houve qualquer tipo de falta ao decoro e se houve qualquer tipo de crime nessa reunião — declarou.

Em resposta, Gleisi disse ter levantado fatos durante a questão de ordem, não acusações levianas. Ela acusou Tasso de querer criminalizar uma discussão política.

— Ele não pode tratar como caso de polícia divergências numa comissão e num debate político.

A divergência levou a uma discussão entre Tasso e Lindbergh Farias (PT-RJ), e o presidente do Senado, Eunício Oliveira, interrompeu a captação dos microfones. Ele disse que o texto ainda não chegou ao Plenário e deve ser debatido nas comissões.

Mais notícias sobre a reforma trabalhista na página 4

Seis MPs que trancam a pauta devem ser analisadas hoje

As seis medidas provisórias que trancam a pauta do Plenário devem ser votadas a partir de hoje, informou o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Ontem ele se comprometeu a cumprir o prazo de duas sessões deliberativas ordinárias após a leitura das MPs em Plenário antes que sejam votadas.

Todas as medidas perdem a vigência amanhã.

A manifestação de Eunício foi uma resposta a questão de ordem de Humberto Costa (PT-PE), que questionou a intenção da Presidência do Senado de votar as MPs ontem. Segundo Eunício, como as medidas foram lidas na sessão de quinta-feira, a segunda sessão

deliberativa foi contada ontem e as MPs estarão prontas para votação amanhã.

Todas as medidas serão analisadas como projetos de lei de conversão (PLVs), já que sofreram alterações no Congresso. O PLV 6/2017 (MP 764/2016) autoriza a diferenciação de preços por pagamento em dinheiro, cartão de débito e de

crédito. Já o PLV 7/2017 (MP 761/2016) altera o Programa Seguro-Emprego e prorroga o prazo para a adesão por um ano.

Outro projeto na pauta é o PLV 8/2017 (MP 767/2017), que instituiu bônus para peritos médicos do INSS. Também trancam a pauta o PLV 11/2017 (MP 762/2016),

que prorroga o prazo para a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante; o PLV 12/2017 (MP 759/2016), sobre regras para regularização de terras da União ocupadas na Amazônia Legal; e o PLV 15/2017 (MP 760/2016), sobre a progressão na PM e nos bombeiros do Distrito Federal.

Comissão votará reforma trabalhista na terça

Acordo de líderes permitiu que a proposta fosse discutida ontem e a votação fosse agendada. Paim, Vanessa e Lídice anunciaram votos em separado ao relatório de Ferraço

UM ACORDO FIRMADO ontem entre governo e oposição deve permitir a votação da proposta de reforma trabalhista na próxima semana na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O presidente do colegiado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), o relator do projeto, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), e o senador Paulo Paim (PT-RS) costuraram o entendimento para discussão da proposta (PLC 38/2017) ontem e a votação na próxima reunião, que deve ocorrer na terça-feira.

— Seria um pacto para que a gente possa efetivamente fazer o que é mais importante dessa matéria, que é a discussão do mérito, e não batalha regimental. Uma discussão profunda de mérito, colocando diferentes visões. O relatório de Ferraço registra posições importantes e identifica algumas necessidades de vetos — disse Jucá.

Mesmo com o acordo, senadores da oposição questionaram o andamento do projeto (*leia texto abaixo*). Eles se queixaram da falta de resposta a questões de ordem apresentadas na semana passada. Tasso afirmou que a ausência de uma decisão final sobre os questionamentos não paralisa a tramitação do projeto. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)



Paim apresenta o acordo aos opositores Fátima, Lídice, Gleisi, Lindbergh e Vanessa, enquanto Jucá explica os termos aos governistas Moka, Bezerra e Simone



Fotos: Gerardo Magela/Agência Senado

cobrou o envio do projeto para a Mesa do Senado, a fim de que seja analisada a anexação a ele de outras propostas que tratam de mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O pedido foi rejeitado pela CAE, mas ela informou que vai recorrer da decisão ao Plenário.

Leitura

Críticas ao fato de o relatório ter sido dado como lido na reunião do dia 23 também foram reforçadas. Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que a leitura seria uma forma de demonstrar respeito à comissão. Paim pediu a Ferraço que fizesse uma leitura dinâmica do parecer.

Tasso sugeriu que o relator comentasse o texto como uma gentileza, mas enfatizou que o documento foi dado como

lido na semana passada, ainda que nem todos tenham ouvido a determinação porque o microfone fora arrancado.

Antes de ler e comentar trechos do documento, Ferraço comunicou a rejeição de 30 emendas apresentadas ao projeto desde a reunião da semana passada. Segundo ele, a maior parte trata de temas de outras emendas rejeitadas em seu parecer. Ao todo, o texto recebeu 223 sugestões de mudanças.

O relatório é favorável ao projeto, mantendo o texto aprovado pelos deputados. Porém, recomenda que seis dispositivos sejam vetados pelo presidente Michel Temer. Os pontos sobre gestante e lactante em ambiente insalubre, serviço extraordinário da mulher, acordo individual

para jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, trabalho intermitente (no qual são alternados períodos de prestação de serviços com subordinação e de inatividade), representantes de empregados e negociação do intervalo intrajornada, segundo o relator, são polêmicos e merecem mais estudos e debates.

Medidas provisórias

Caso sejam vetados, os dispositivos poderão ser novamente apreciados pelo Parlamento, por meio de medidas provisórias, garantiu Jucá. Se for aprovado como veio da Câmara, o projeto não precisará voltar à análise dos deputados.

— Em relação à jornada intermitente, o governo já está se comprometendo a editar

uma MP — assegurou o líder. Ferraço afirmou que o projeto ajusta a legislação à realidade do trabalho de hoje. Ele considera que a CLT, criada em 1943, não é capaz de proteger 90 milhões dos 140 milhões de brasileiros em idade laboral e que estão hoje na informalidade.

— Bem regulamentada, a jornada intermitente, por exemplo, pode gerar 2 milhões de postos de trabalho. Bares, restaurantes e hotéis têm uma jornada diferente. O futuro é aprovar uma reforma trabalhista que funcione para todos, e não para parte — disse.

O relator sustentou que a lei não vai retirar direitos dos brasileiros, já que “uma lei ordinária não pode se sobrepor à Constituição”:

— Muito se fala que o projeto retira direitos de pessoas que trabalham na área urbana e rural. A proposta mantém os direitos consagrados na Constituição. Estamos criando condições para que 90 milhões de brasileiros que não foram ainda acolhidos pela CLT tenham a oportunidade de serem acolhidos — disse.

Rigidez

Ferraço afirmou que o Brasil está atrasado e tem uma legislação extremamente rígida, o que faz com que as empresas do país tenham baixa competitividade internacional.

Ele citou estudos que apontam evidências de que a flexibilização das leis trabalhistas pode aumentar o número de postos de trabalho, ao contrário dos que apontam críticos da proposta. Segundo o senador, uma análise “científica e não panfletária” evidencia que reformas trabalhistas feitas em outros países contribuíram para a geração de empregos.

— O nosso problema é que, no Brasil, também são preocupantes os dados do desemprego, da informalidade, do desalento, da rotatividade e da produtividade. A comparação com o resto do mundo evidencia que algo está errado — apontou.

Proposta de Ferraço de aprovar texto como veio da Câmara é criticada

O Senado não pode aceitar um acordo que sugere o veto presidencial de dispositivos do projeto de reforma trabalhista se não é possível dizer que governo estará a postos quando a proposta, após aprovada no Congresso, chegar ao Palácio do Planalto. Foi o que argumentaram na CAE os senadores da oposição.

— Há uma sessão marcada no Tribunal Superior Eleitoral [TSE] para análise da proposta de cassação da chapa Dilma-Temer. Não temos segurança sobre na mão de quem estará o governo depois do dia 6 — disse Jorge Viana (PT-AC).

Lindbergh Farias criticou a posição de Ricardo Ferraço de propor que o Senado aprove o texto como veio da Câmara.

— Esse acordo é indecoroso. Vossa Excelência, como relator, reconhece equívocos em vários pontos e, em vez de corrigi-los, pede para o governo vetar e editar uma medida provisória? Um governo que não se sustenta mais 15 dias? É um escândalo — disse.

Ferraço respondeu que só buscou entendimento e acordo para a votação da proposta,

mas que não se furta de promover mudanças se a maioria dos senadores assim entender.

— Ouvi que estamos cerceando o acesso de pessoas pobres à Justiça. Isso é uma mentira. Esta garantia está na Constituição — disse.

Ferraço afirmou que o Brasil responde por 98% das ações trabalhistas no mundo, mas sustentou que no projeto não há flexibilização da CLT sem previsão de um mecanismo de proteção do trabalhador:

Comissões

Paulo Paim informou que deve ler na próxima semana um voto em separado (relatório alternativo) ao projeto da reforma. O senador pediu que se garanta a passagem da proposta pelas outras duas comissões previstas, a de Assuntos Sociais (CAS) e a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Paim disse temer que um pedido de votação em regime de urgência remeta a proposta ao Plenário.

Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata (PSB-BA) também apresentaram votos em separado.

Ferraço ponderou que o Senado deve decidir se vai adiante com o projeto ou se o modifica, fazendo com que ele volte para a Câmara, mesmo correndo o risco de ver as modificações feitas pelos senadores serem ignoradas pelos deputados.

Cristovam Buarque (PPSDF) sugeriu que senadores apresentem suas emendas na forma de projetos de lei.

— Temos que colocar em uma lei trabalhista o direito a férias para descanso e licença para estudo, para reciclagem. Apresentei uma emenda nesse sentido, mas reconheço que a pressa que o Brasil tem justifica a rejeição dessa emenda pelo relator. Vou apresentar um projeto paralelo — disse.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) citou o e-Cidadania, portal do Senado para participação popular, mostrando que 128 mil pessoas se manifestaram contra a reforma trabalhista nos atuais termos, e apenas 5 mil apoiaram.

— O projeto é de interesse de qual sociedade? O Senado, majoritariamente composto por integrantes oriundos de

famílias ricas e empresariais, vai decidir o destino do trabalhador pobre? — questionou.

Para Lindbergh, o quadro é de “completo descolamento da realidade”.

— O texto só retira direitos de trabalhadores, mas nenhuma medida de ajuste recai sobre o andar de cima, os banqueiros, os empresários e a elite do funcionalismo. Agora, para os devedores da Previdência do setor rural, estão organizando perdão de dívida de R\$ 10 bilhões. Minha proposta é para a gente parar com esse projeto e discutir as distorções do sistema tributário — disse.

Segundo Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), o PLC 38/2017 preserva os direitos fundamentais e alarga as regras do processo de diálogo entre as partes na relação de trabalho, o que vai proporcionar um crescimento do emprego no país.

Garibaldi Alves (PMDB-RN) fez um apelo à moderação e à civilidade durante os debates.

— Eu não penso que estou votando contra o trabalhador. Temos que ter respeito ao contraditório.

Congresso derruba veto à lei do ISS e reforça arrecadação de municípios

Temer havia vetado trecho de lei que estabelecia que imposto incidente sobre plano de saúde e cartão de crédito passaria a ser cobrado na cidade do cliente

O CONGRESSO NACIONAL derrubou ontem o veto parcial à Lei Complementar 157/2016, que reformulou o Imposto sobre Serviços (ISS). Com isso, a cobrança do ISS será feita no município do domicílio dos clientes de cartões de crédito e débito, leasing e de planos de saúde, e não mais no município do estabelecimento que presta o serviço.

Senadores e deputados afirmaram que a mudança vai aumentar a arrecadação da grande maioria dos municípios. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, chamou a derrubada do veto de “justiça com os municípios brasileiros”.

O veto presidencial foi rejeitado com 49 votos a 1 no Senado e 371 votos a 6 na Câmara.

A alteração da tributação era uma antiga reivindicação de prefeitos. O mecanismo foi vetado, pois, segundo o governo, a mudança traria “uma potencial perda de eficiência e de arrecadação tributária, além de redundar em aumento de custos para empresas do setor”, que seriam repassados ao consumidor.

A lei teve origem num substitutivo ao PLS 386/2012 — Complementar, do senador Romero Jucá (PMDB-RR). A proposta foi aprovada em dezembro pelos senadores.

“Ótima notícia”

Diversos senadores e deputados defenderam a derrubada do veto, por entender que os estados e municípios serão beneficiados com mais recursos. Entre eles, os senadores Wellington Fagundes (PR-MT), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), Armando Monteiro (PTB-PE), Lúcia Vânia (PSB-GO), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Ana Amélia (PP-RS) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Para Flexa, a derrubada do veto é “uma ótima notícia para os prefeitos do Brasil”. O senador disse que R\$ 6 bilhões passarão a ser distribuídos entre todos os municípios anualmente, e não mais apenas “entre dois ou três”.

Também apoiaram a derrubada do veto vários deputados.

Os parlamentares da base governista disseram que a derrubada do veto contou com a anuência do próprio presidente Michel Temer.



Senadores e deputados federais participam da sessão do Congresso Nacional em que analisaram vetos presidenciais

Vetos à Lei de Migração e a outras 16 normas foram mantidos

O Congresso manteve 17 vetos, mas os parlamentares apresentaram 12 destaques que não chegaram a ser analisados por falta de quorum.

Os vetos mantidos (VET 47 a 51 de 2016 e VET 1 a 12 de 2017) tratam, entre outros assuntos, dos migrantes e visitantes no Brasil, da Identificação Civil Nacional, do Cartão Reforma, da Lei Rouanet, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), da terceirização e da segurança contra incêndios em casas noturnas.

O presidente Michel Temer vetou 18 trechos da nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017), que regula a entrada e a permanência do estrangeiro no Brasil e estabelece normas de proteção ao brasileiro no exterior. O veto parcial (VET 12/2017) retirou da lei a previsão de anistia a imigrantes que entraram no Brasil até 6 de julho de 2016 e que fizessem o pedido até um ano após o início de vigência da lei, independente da situação migratória anterior. De acordo com a justificativa para o veto, o dispositivo concederia “anistia indiscriminada a todos os imigrantes” e “ademais, não há como definir a data exata da entrada do imigrante no país.”

O texto aprovado no Congresso revogava as expulsões decretadas antes de 5 de outubro de 1988, o que também foi vetado por Temer. Também houve veto à obrigação de permanência de estrangeiros que tenham cometido crimes no país e que sejam residentes aqui por mais de 4 anos.

Documento

O Veto 11/2017 atingiu trechos da lei que instituiu a Identificação Civil Nacional (ICN), criada com o objetivo de unificar os cerca de 20

documentos de identificação usados no Brasil e para dificultar a falsificação. Entre os itens vetados na Lei 13.444/2017, estão o da parte que garantia a gratuidade da nova identificação e o artigo que dava à Casa da Moeda a exclusividade para a implantação e fornecimento do documento.

EBC e incêndios

Outro veto em pauta (VET 2/2017) é o que foi feito à lei que altera a estrutura da EBC (Lei 13.417/2017). O novo texto aprovado pelo Congresso havia incluído a exigência de sabatina no Senado para aprovação do diretor-presidente da EBC. Mas a obrigatoriedade foi vetada pelo presidente Michel Temer.

Ele também vetou trechos da lei que permitiam ao Comitê Editorial e de Programação decidir sobre planos editoriais propostos pela diretoria-executiva para os veículos da EBC, tratar de alterações na linha editorial da programação veiculada pela emissora e convocar audiências e consultas públicas sobre conteúdos produzidos.

A Lei 13.425/2017, que estabelece normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndios em estabelecimentos de reunião de público, também foi sancionada com uma série de vetos. O texto estabelece normas mais rígidas a serem seguidas por proprietários de estabelecimentos, autoridades públicas e profissionais, visando evitar tragédias como a da boate Kiss, em Santa Maria (RS), que vitimou 242 pessoas.

O VET 5/2017 foi feito ao trecho que proíbe o uso do sistema de comanda para controle do consumo em casas noturnas. A intenção era trazer maior segurança em caso de

incêndio ou outras ocorrências. Para vetar a iniciativa, Temer afirmou que a proibição, “embora louvável”, pode ser mais flexível, “preservando-se também peculiaridades setoriais, mercadológicas e eventuais mudanças tecnológicas”.

A criminalização dos donos de estabelecimentos também foi retirada. De acordo com a justificativa para o veto, não há necessidade de criar um novo tipo penal, “de perigo abstrato”, sem ter havido lesão concreta ou mesmo exposição a risco real. Temer acrescentou que a atual legislação penal já cobre o assunto.

Terceirização

Outra lei que recebeu vetos presidenciais é a que libera a terceirização em todas as atividades das empresas, tanto na área-meio quanto na atividade-fim (Lei 13.429/2017).

Do texto, aprovado em 22 de março pela Câmara dos Deputados, foram mantidos os temas centrais, como a possibilidade de as empresas terceirizarem sua atividade principal, sem restrições, inclusive na administração pública. As empresas de terceirização poderão subcontratar empresas para realizar serviços e, em casos de ações trabalhistas, caberá à empresa terceirizada pagar os direitos questionados na Justiça, se houver condenação.

O principal trecho vetado (VET 7/2017) permitia a extensão do prazo de 270 dias dos contratos temporários ou de experiência. Segundo o Palácio do Planalto, isso abriria a possibilidade de prorrogações indefinidas do contrato temporário. Os outros vetos, segundo a justificativa, são relativos a trechos que já repetiam itens da Constituição.

Lido pedido de instalação de CPI mista sobre BNDES e JBS

Foi lido ontem no Plenário do Congresso o requerimento de criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito para investigar supostas irregularidades envolvendo as empresas JBS e J&F em operações com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a BNDES Participações S.A. (BNDESPar), entre 2007 a 2016. A CPMI foi requerida pelo senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e pelo deputado Alexandre Baldy (Pode-GO).

A Mesa do Congresso prosseguirá com a conferência das assinaturas do requerimento. Para ser instalada, uma CPI mista precisa do apoio de, no mínimo, 27 senadores e 171 deputados. Segundo Ataídes, o requerimento conta com o apoio de mais de 30 senadores e pelo menos 200 deputados.

O objetivo da comissão é verificar fraudes e irregularidades em aportes do BNDES e da BNDESPar à JBS a partir de 2007. Os aportes estão sob investigação da Polícia Federal, que deflagrou, em maio, a Operação Bullish.

A CPMI deve apurar também a compra e a venda de participação na empresa pela BNDESPar, que detém relevante parte do capital social da JBS, e os termos e condições e a fiscalização das delações e colaborações premiadas firmadas com o Ministério Público e homologadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Adiada votação da nova composição do Conselho de Comunicação Social

O Congresso adiou a votação da composição do Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso, devido à pressão de lideranças partidárias que pediram mais tempo para exame da questão, que não estava na pauta. Os mandatos atuais encerram-se em 15 de junho e ainda não há data prevista para uma nova votação.

Composto de 13 membros titulares e igual número de suplentes, o conselho é um órgão de apoio ao Congresso, tendo como atribuição a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelos parlamentares a respeito de comunicação social.

Comissão estuda ouvir deputado Rocha Loures

Pedido foi feito por Requião, que disse que atuação de parlamentar afastado a favor da JBS em processo no Cade precisa ser investigada por ter impacto no sistema de defesa da concorrência

O SENADOR ROBERTO Requião (PMDB-PR) apresentou ontem um requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para convidar o deputado federal afastado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) a prestar esclarecimentos sobre a proposta de intermediação e defesa de interesses da empresa JBS no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Segundo Requião, foi noticiado pela imprensa que a JBS possui uma termelétrica em Cuiabá e tinha interesse na solução de um processo no Cade, no qual a empresa questionava a preferência da Petrobras na compra do gás natural da Bolívia.

— Como o assunto é de extrema relevância e tem impacto no sistema de defesa da concorrência e do patrimônio público, entendo ser urgente que esta comissão ouça os atores envolvidos no caso para subsidiar a atividade legislativa.

Requião afirmou ser estranho o fato de o principal assessor do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ter deixado o Ministério Público Federal para ser advogado assessor de uma denúncia premiada.

— Isso seria mais ou menos como se o nosso senador Ricardo Ferraço abdicasse do cargo de relator da reforma trabalhista para ser o advogado assessor da advocacia do tra-

balho da CNI [Confederação Nacional da Indústria]. Então eu acho que essa oitiva, através de um convite ao doutor Rodrigo Rocha Loures, seria muito interessante para o processo legislativo e o esclarecimento desses fatos.

O presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), disse que o requerimento de Requião será discutido e votado em outra reunião, sem especificar. A próxima reunião será terça-feira.



Requião, ao lado de Ataídes, é autor de requerimento para ouvir deputado



Wellington, que propôs debate sobre Lei Kandir, fala com Flexa em comissão

Seminário em Cuiabá debaterá regulamentação da Lei Kandir

Foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) um requerimento de Wellington Fagundes (PR-MT) para a realização de seminário sobre a regulamentação da Lei Kandir (Lei Complementar 87/1996).

O evento deverá ocorrer em Cuiabá no dia 12 e envolver a comissão especial da Câmara que analisa projeto de lei relativo à compensação da União a estados e municípios que sofrem perdas de arrecadação com a desoneração das exportações (PLP 221/1998).

Vice-presidente da CMA, Wellington lembrou que em 2016 o Supremo Tribunal Federal (STF) deu prazo de um ano para o Congresso aprovar uma lei complementar regu-

lamentando a compensação.

— Se não houver regulamentação até lá, caberá ao Tribunal de Contas da União fixar as regras para regulamentar esses repasses e calcular as cotas de cada um dos interessados — complementou Wellington, ressaltando que Mato Grosso já deixou de arrecadar R\$ 34 bilhões em ICMS.

Cidinho Santos (PR-MT) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiaram a realização do seminário.

— Não podemos nos omitir de fazer o que é dever nosso — afirmou Flexa, que também tem acompanhado os desdobramentos da regulamentação da Lei Kandir na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Aprovado texto que flexibiliza regra de empréstimo para Manaus

Foi aprovado ontem no Plenário um projeto de resolução para permitir a flexibilização do cronograma de liberações e contrapartidas de um empréstimo externo para a Prefeitura de Manaus (PRS 19/2017). O texto havia passado mais cedo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e agora vai para a promulgação.

No valor de até US\$ 52 milhões, o empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) havia sido aprovado na semana passada. Com garantia da União, o dinheiro vai financiar a expansão e a melhoria da rede municipal de educação.

O projeto foi apresentado por Eduardo Braga (PMDB-AM).

— São investimentos na

educação infantil, na educação fundamental da nossa cidade, o que trará benefícios no curto, médio e longo prazo para o povo do Amazonas — assegurou o senador.

O financiamento possibilitará a abertura de 6,5 mil vagas na pré-escola e 1,2 mil em creches.

O relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), esclareceu que o projeto do empréstimo previa cronograma de liberação e montante de contrapartida que poderia enfrentar embaraços na fase de execução. Ele disse que os ajustes evitarão atrasos no andamento do programa, pois da forma anterior cada alteração no cronograma precisaria ser submetida à análise do Senado.

Perrella se defende de acusações de lavagem de dinheiro

Zeze Perrella (PMDB-MG) se defendeu de acusações de lavagem de dinheiro que envolveriam uma empresa de sua família. Ele considerou as denúncias uma “irresponsabilidade total” e afirmou que, nos áudios divulgados pela Polícia Federal, não há referências a “propina”.

O senador confirmou que tomou empréstimo da empresa ENS, cujo sócio é também contador do senador, mas declarou que nunca se comunicou com o sócio da JBS Joesley Batista. Ele disse que os fatos serão esclarecidos no decorrer.

— Joesley Batista, que agora passeia em Nova York, financiou 2 mil campanhas. A minha não — afirmou.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Para Cidinho, Temer deve permanecer no Palácio do Planalto

Cidinho Santos (PR-MT) disse que a oposição ao governo ignora que as delações premiadas também atingem partidos como o PT e o PCdoB. Por isso, avaliou, comemoram quando há denúncias contra o presidente, sem reparar nos problemas que eles mesmos da oposição têm. Para Cidinho, a oposição se usa de inverdades para tentar enganar a sociedade. Ele disse que a reforma trabalhista não vai tirar direitos dos trabalhadores.

O senador disse que tem ouvido de muitas pessoas que o melhor para o Brasil é a manutenção de Temer no Planalto, com a aprovação das reformas.

— Se está ruim com Temer, pior sem Temer.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Telmário: CPI da Funai quer sepultar política indigenista

A CPI da Funai e do Incra quer sepultar a política indigenista. O alerta foi feito por Telmário Mota (PTB-RR), após a aprovação, ontem, do relatório final da CPI da Câmara.

Para o senador, a CPI atendeu apenas os interesses dos ruralistas, que desejam o fim da Funai. Segundo ele, a entidade tem profissionais qualificados, mas, por falta de concursos, enfrenta carência de servidores. Telmário protestou contra os cortes no orçamento da Funai.

— Com isso, um órgão tão importante para a sobrevivência dos povos originários acaba perdendo a sua função, num claro objetivo de um grupo comandado pelos latifundiários.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Ministério deve explicar ao Senado venda de campo de gás natural

Comissão de Infraestrutura questiona Ministério de Minas e Energia sobre decisão da Petrobras de vender o campo de Azulão, no Amazonas

O MINISTÉRIO DE Minas e Energia, ao qual está subordinada a Petrobras, será acionado pela Comissão de Infraestrutura (CI) para prestar esclarecimentos sobre a venda, anunciada pela empresa, da concessão do campo de gás natural de Azulão, na Bacia Amazônica, com reserva estimada em 4,7 bilhões de metros cúbicos.

O requerimento do pedido de informações foi aprovado pelo colegiado ontem. Para o autor e presidente da CI, Eduardo Braga (PMDB-AM), é necessário explicar a necessidade de vender uma concessão com viabilidade econômica comprovada, condição assegurada especialmente após a construção da linha de transmissão de energia Tucuruí-Macapá-Manaus.

— O campo de gás fica exatamente embaixo do Linhão de Tucuruí [no Pará] para Manaus. Portanto, uma usina termelétrica a gás embaixo desse linhão é praticamente uma mina de ouro. Por isso, eu não entendo a razão de a Petrobras levar à venda um ativo como esse.

Segundo o senador, antes a estatal sustentava que, tendo em vista a construção do linhão, a melhor solução para

o aproveitamento do gás seria a construção de uma usina térmica para venda de energia nos leilões de energia nova (alternativas à geração hidrelétrica). Ele disse que partiu da própria estatal a iniciativa de informar ao mercado que a transação representa uma oportunidade para desenvolver o negócio perto de infraestrutura existente e de uma linha de transmissão.

No entanto, mesmo que a venda da concessão esteja de acordo com o plano de desinvestimento anunciado pela empresa, Braga entende que a decisão requer esclarecimentos. Ele questiona se a venda estaria de alguma forma relacionada ao fato de a concessão ter sido alvo da Operação Lava Jato por suspeita de superfaturamento

no projeto da usina térmica.

Braga quer saber também se a decisão estaria associada a problemas no funcionamento da linha Tucuruí-Macapá-Manaus, se a Petrobras já estimou o valor da concessão e qual seria o modelo de alienação da operação.

Rodovias

A CI aprovou também requerimento de audiência pública para debater soluções que viabilizem a restauração e a ampliação das rodovias BR-163 e BR-364, que ligam o Sul ao Centro-Oeste e ao Norte. Como observaram os senadores, as duas rodovias são essenciais para o Centro-Oeste e Norte, mas longos trechos permanecem sem asfalto e outros estão deteriorados.

A audiência foi proposta por Wellington Fagundes (PR-MT), tendo sido atendida sugestão de Braga para que a situação das duas rodovias fosse abordada no mesmo dia. Serão convidados representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério dos Transportes e a da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Por falta de quorum, foram adiadas as votações de projetos que seriam analisados em decisão terminativa. Entre eles, o PLS 291/2013, do ex-senador Cyro Miranda, que torna obrigatória a discriminação, nas contas, das tarifas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.



Braga (E) quer saber se a venda de Azulão está relacionada às suspeitas de superfaturamento levantadas pela Lava Jato

Segue para o Plenário projeto que institui o Dia Nacional do Escotismo

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto que institui o Dia Nacional do Escotismo, em 23 de abril. O relatório pela aprovação foi elaborado por Fátima Bezerra (PT-RN) e lido por Pedro Chaves (PSC-MS). O projeto (PLC 69/2016) segue para o Plenário do Senado.

No relatório, a senadora chama a atenção para a ampla inserção que o escotismo alcançou na sociedade brasileira, desde 1924 (quando foi criada a União dos Escoteiros do Brasil) até os dias atuais.

O dia 23 de abril é considerado mundialmente o Dia dos Escoteiros, por ser também o Dia de São Jorge, visto pelo movimento como um exemplo de coragem e determinação.

Na justificativa original apresentada na Câmara dos Deputados, o autor do projeto, deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), afirma que “o Movimento Escoteiro é propagador do altruísmo, da lealdade, da fraternidade, da responsabilidade, do respeito a si mesmo e da disciplina perseverante”, merecendo, portanto, destaque

na pauta nacional.

Segundo o deputado, o Movimento Escoteiro é baseado em um sistema de valores que visam desenvolver o senso crítico, a criatividade, a participação, o contato com a natureza e a espiritualidade.

“É um movimento de educação não formal, não faz distinção de credo, gênero ou etnia”, afirma Leite, ressaltando que o escotismo não se vincula a partidos políticos, embora ofereça oportunidade para o pleno desenvolvimento da cidadania.

Os senadores também aprovaram a proposta (PLC 40/2016) que denomina Elevado Vitória Cella o elevado que liga a rodovia BR-282 com acesso à BR-480, na cidade de Chapecó (SC).

O relator, Dário Berger (PMDB-SC), disse que Cella “foi um grande pioneiro na região, o patriarca da tradicional família Cella, que tem hoje cerca de 3 mil membros, a maioria ainda morando na localidade e em municípios vizinhos”. O projeto também vai para análise do Plenário.

Audiência avaliará impactos da reforma previdenciária para professor

Por solicitação das senadoras Fátima Bezerra (PT-RN) e Lídice da Mata (PSB-BA), a Comissão de Educação (CE) aprovou ontem a realização de audiência pública para discutir os impactos que a proposta de reforma da Previdência — em análise na Câmara dos Deputados como PEC 287/2016 — poderá ter para o setor da educação e seus profissionais.

Na reunião, Fátima voltou a qualificar a proposta de refor-

ço da previdenciária do governo de “precarizante” e que, em conjunto com a reforma trabalhista (PLC 38/2017), constitui “um ataque avassalador sobre a classe trabalhadora, com impactos profundos na vida também de docentes e educadores de norte a sul do país”.

— E essas mudanças não atingem só os trabalhadores da iniciativa privada, mas também servidores públicos federais da educação, alte-

rando significativamente a estrutura das universidades e instituições de ensino superior, os institutos de educação profissional, científica e tecnológica — disse.

Serão convidados para o debate, ainda sem data, os presidentes do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e Ambientes de Trabalho, Elenildo Santos; da Associação Nacional dos Centros Universitários, Arthur

Macedo; da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Heleno Araújo; da Federação Nacional das Escolas Particulares, Antonio Cunha; do Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior, Eblin Farage; da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior, Eduardo Rolim; e da União Nacional dos Estudantes, Carina Vitral.

Juros subsidiados beneficiaram aliados, diz Alvaro

Alvaro Dias (PV-PR) afirmou ontem que, de 2008 a 2014, os contratos entre o BNDES e empresas beneficiárias chegaram a R\$ 716 bilhões. Como o governo não tinha o dinheiro, houve emissão de títulos da dívida pública, a juros de 14,25%. O valor captado foi transferido para o BNDES, que firmou contratos com empresas, como o grupo JBS, a juros subsidiados.

— O contribuinte subsidiou essas taxas, praticadas pelo governo, através do BNDES, com os campeões nacionais e com os países amigos de quem governava o Brasil.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lasier defende fim do sigilo de contratos do BNDES

Lasier Martins (PSD-RS) cobrou a votação do requerimento de urgência para análise do projeto, de autoria, que acaba com o sigilo bancário das operações de financiamento do BNDES (PLS 7/2016). Ele acredita que, assim, acabarão abusos e irregularidades em financiamentos do BNDES no Brasil e no exterior.

— O que queremos é abrir novos horizontes de benefício à população brasileira, e não de benefícios lá em Angola, Moçambique, Cuba, Venezuela, Bolívia, para onde foi tanto dinheiro desperdiçado — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gurgacz critica alta provável de juros de banco de fomento

Acir Gurgacz (PDT-RO) criticou declarações do futuro presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, para quem os juros do banco têm que ser compatíveis com as taxas de mercado.

Para o senador, o governo busca dar uma resposta à sociedade sobre os empréstimos questionáveis do BNDES a grandes grupos econômicos, mas o aumento das taxas de juros só gera “lucros astronômicos” ao capital financeiro.

— As pequenas e médias empresas movimentam 80% da economia nacional e são elas que precisam do BNDES.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Turismo precisa de leis modernas para desenvolver setor, diz ministro

Marx Beltrão defendeu o projeto de atualização da Lei Geral do Turismo e o que fixa limite para alíquota do ICMS do querosene de aviação

O MINISTRO DO Turismo, Marx Beltrão, defendeu ontem a modernização da legislação que rege a atividade, como forma de reduzir a burocracia, atrair investimentos, favorecer a geração de renda e o desenvolvimento do setor, que reúne hoje 52 atividades econômicas. Ele participou de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) que debateu as ações da pasta para os próximos dois anos.

Beltrão cobrou a aprovação de projeto de resolução do Senado (PRS 55/2015), incluído na ordem do dia, que fixa a alíquota máxima do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre o querosene de aviação em 12%. O ministro explicou que a aprovação da proposta pode contribuir para a redução do preço das passagens aéreas.

— Cada estado tem uma regra e cobra uma taxa, alguns isentam, outros cobram 20%, 10%. O combustível representa até 45% do custo das passagens aéreas — disse Beltrão.

O Brasil recebeu 6,5 milhões de estrangeiros, enquanto 60 milhões de brasileiros circularam pelo país em 2016. O governo, porém, espera que 100 milhões de brasileiros circulem pelo Brasil em 2022, e que o número de estrangeiros chegue a 12 milhões.

O país registra hoje pouco mais de 2 milhões de trabalhadores em turismo, com 47% da mão de obra em regime formal, disse Beltrão. Ele também relatou que há pouco mais de



Fátima preside audiência com Vinícius Lummertz, da Embratur, e Marx Beltrão, que apresentou prioridades do ministério

7 milhões de brasileiros visitando os parques nacionais, enquanto nos Estados Unidos são 300 milhões de visitantes nos parques temáticos.

Mesmo o Brasil sendo o sétimo maior mercado de aviação doméstica do mundo, ainda há muita queixa do Norte e do Nordeste quanto à ausência de voos e rotas insuficientes a preços altos, disse o ministro.

— Temos muito o que crescer. Temos 190 aeroportos prontos para receber voos diários, mas apenas 130 aeroportos recebem esses voos.

Beltrão citou ainda pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) segundo a qual 80% dos brasileiros gostariam de passar férias no próprio país, mas 60% avaliam que o Brasil aproveita pouco o seu potencial turístico. A mesma pesquisa apurou que 73,4% da população é a favor do aumento do capital estrangeiro nas companhias aéreas.

— O Brasil ainda é, no turismo, um grande transatlântico parado no açude. Queremos que saia do açude e passe a navegar em mares, temos po-

tencial para isso e belezas naturais incomparáveis — disse.

Beltrão defendeu a aprovação de projeto, em tramitação na Câmara, que faz 118 alterações na Lei Geral do Turismo, entre elas a criação de áreas especiais de interesse turístico e de parcerias da Embratur com o setor privado. O ministro disse ainda que a abertura total das companhias aéreas ao capital estrangeiro, hoje em 49%, pode ajudar o turismo.

Ações do governo

Entre as ações do governo, ele citou a regulamentação de voos fretados, a isenção de imposto para a compra de equipamentos por parques temáticos e o melhor aproveitamento dos parques nacionais, alguns já concedidos à iniciativa privada.

O ministro citou ainda parceria entre o Ministério do Turismo e a Secretaria de Patrimônio da União para cessão de contrato de arrendamento nas áreas de potencial turístico a investidores, além da atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, que reúne 2.100 municípios

com políticas públicas voltadas ao setor.

Lídice da Mata (PSB-BA) disse que a perda de linhas aéreas prejudica o turismo no Nordeste. Ela cobrou do governo federal uma política pública específica para a região.

Já Jorge Viana (PT-AC) criticou a precariedade da infraestrutura aeroportuária brasileira, além da cobrança no despacho de malas:

— O Brasil precisa de boa infraestrutura aeroportuária. O turista não busca luxo no geral, ele busca organicidade e segurança. A cobrança [no despacho de malas] não vai reduzir custo. Já temos a passagem mais cara do mundo.

Regina Sousa (PT-PI) falou em defesa da Serra da Capivara, “patrimônio da humanidade, mas que vive de pires na mão para fazer com que a área se autossustente”.

Para o presidente da Embratur, Vinícius Lummertz, é necessária uma mudança de patamar político para que o Brasil perceba o potencial da atividade turística.

Medeiros condena ideia de eleição direta em eventual saída de Temer

José Medeiros (PSD-MT) criticou a proposta de realização de eleições diretas no caso da saída do presidente Michel Temer. Para ele, a possibilidade de mudança na Constituição é aproveitada pela oposição como tentativa de fazer Lula escapar das investigações da Operação Lava Jato.

— As pessoas podem perguntar: “Medeiros, mas você é contrário a diretas já?” Não, nós já temos diretas. A Constituição brasileira já diz que o nosso sistema eleitoral é através de eleições diretas. Então, quando eles [a oposição] pegaram essa bandeira, não é pelas diretas, que já existem — disse.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Amorim defende renegociação da dívida das cidades com INSS

Eduardo Amorim (PSDB-SE) defendeu a aprovação de projeto (PLS 143/2017) que permite a renegociação das dívidas dos municípios com o INSS, frisando que a medida pode reduzir o déficit da Previdência.

Para o senador, a reforma tributária, e não a Previdenciária, deveria ser eleita como prioritária para o ajuste das contas do país. Ele disse ser impossível ignorar os R\$ 426 bilhões não repassados pelas empresas aos cofres do INSS, valor que corresponde, de acordo com dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a três vezes o déficit da Previdência em 2016.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Humberto lamenta situação das vítimas de enchentes no Nordeste

Humberto Costa (PT-PE) se solidarizou com os milhares de nordestinos que sofrem com enchentes. Isso acontece por falta de infraestrutura adequada e de obras que resistam aos fenômenos climáticos, disse.

O senador lembrou que situação semelhante aconteceu em 2010, quando o ex-presidente Lula, com o governo de Pernambuco, deu início à construção de cinco barragens.

— Infelizmente, dos R\$ 680 milhões previstos, somente R\$180 milhões foram efetivamente empregados. O resultado é o que vemos agora: prejuízos, mortes e cerca de 50 mil desabrigados e desalojados por cheias cíclicas e previsíveis.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Fátima anuncia debate sobre educação e desenvolvimento

Fátima Bezerra (PT-RN) anunciou a realização de audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, hoje, sobre a importância da educação para o desenvolvimento regional.

A senadora, que preside o colegiado, afirmou que o foco das discussões será a expansão das escolas técnicas federais e das universidades federais.

Para Fátima, as dificuldades que as universidades e as escolas técnicas estão enfrentando se devem ao corte de recursos destinados à educação pelo governo federal.

— O MEC já cortou da educação R\$ 4,3 bi. Investimento nas universidades? Nem pensar! Até o funcionamento dessas instituições neste momento está ameaçado.

Paim: bônus a peritos do INSS retira direitos dos trabalhadores

A medida provisória que institui bônus de eficiência a peritos do INSS retira direitos de aposentados por invalidez e de trabalhadores que recebem auxílio-doença, disse Paulo Paim (PT-RS). Segundo o senador, uma medida com o mesmo conteúdo da MP 767/2017 foi apresentada no ano passado e não foi aprovada pelo Congresso. Agora, foi reeditada para pagar bônus aos peritos que mandarem trabalhadores de volta às suas funções, “mesmo sem condições de retornar”.

— Os doentes estão sendo mandados de volta às fábricas por peritos do INSS, mas não estão sendo aceitos pelos médicos das empresas. Por isso, alguns acabam ficando meses sem receber os benefícios ou os salários — denunciou.

Reguffe saúda avanço de proposta que proíbe tributação de remédios

Reguffe (sem partido-DF) saudou avanço de proposta dele (PEC 2/2015) que proíbe tributação de medicamentos de uso humano. Hoje mais de 35% do preço é de imposto, disse.

Para o senador, o sistema tributário brasileiro é ilógico, pois os remédios de uso humano pagam mais impostos que os veterinários. Ele disse que correto seria o governo fornecer remédio de graça, mas, diante da impossibilidade, o mínimo que se pode fazer é parar de tributar os medicamentos.

— É só reduzir o preço máximo na mesma proporção da isenção, e vamos ter a garantia de que toda a isenção será revertida ao consumidor final.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Ana Amélia pede que Câmara aprove reajuste para auditores-fiscais

O reajuste salarial de auditores-fiscais do Trabalho foi defendido por Ana Amélia (PP-RS). A senadora criticou a demora dos deputados em analisar a MP 765/2016, que concede o aumento e perderá a vigência em 1º de junho.

— A Câmara não aprovou e, assim, corremos o risco de essas categorias serem prejudicadas pela lentidão, pela lerdeza do processo legislativo.

Ana Amélia disse, ainda, que o Brasil vive “um faz de conta” ao acreditar em eleições diretas para a Presidência, por aprovação de uma emenda constitucional. Para ela, “o discurso gira em torno de conveniências, não de sinceridade”.



Waldemir Borreto/Agência Senado